

An aerial photograph of a lush tropical forest, likely a savanna or similar ecosystem, featuring a dense canopy of green trees and a prominent winding river with brown, sediment-laden water. The river meanders through the forest, creating a network of channels and oxbow-like shapes. The overall scene is vibrant and detailed, showing the intricate patterns of the forest and the natural water flow.

PLANO DE CONSERVAÇÃO ESTRATÉGICO PARA O TERRITÓRIO DE CARAJÁS

SUMÁRIO EXECUTIVO





Instituto Chico Mendes de Conservação
da Biodiversidade – ICMBio

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO

Marcos Aurélio Venancio

Coordenação Geral de Avaliação de Impactos – CGIMP

Igor Matos Soares

EQSW 103/104 – Centro Administrativo Setor Sudoeste – Bloco D – 2º andar

CEP: 70670-350 – Brasília/DF

Tel: 61 2028-9065 – fax 61 2028-9520

REDAÇÃO:

Redação: André Luís Macedo Vieira, Camilla Pais Faccin Bottecchia, Katia Torres Ribeiro, Luciana Lira Barros, Rayane Gadêlha Mariz.

P712 Plano de Conservação Estratégico para Território de Carajás : sumário executivo / organizadores: André Luís Macedo Vieira, et al. — Brasília : Qualyta LTDA, 2020. 28 p. :il.; 29 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN (impresso) 978-65-5693-001-5

ISBN (eletrônico) 978-65-5693-002-2

1. Planejamento Ambiental Estratégico. 2. Conservação da biodiversidade. 3. Desenvolvimento socioambiental. 4. Sustentabilidade. 5. Meio ambiente. 6. Coordenação Geral de Avaliação de Impactos (CGIMP). I. Bottecchia, Camilla Pais Faccin, org. II. Ribeiro, Katia Torres, org. III. Barros, Luciana Lira, org. IV. Mariz, Rayane Gadêlha, org. V. Título.

CDU 577



**PLANO DE CONSERVAÇÃO ESTRATÉGICO
PARA O TERRITÓRIO DE CARAJÁS**



Foto: João Marcos Rosa

Amanhecer esplêndido na imponente
Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri

INTRODUÇÃO

O conjunto de áreas protegidas de Carajás é composto por seis unidades de conservação (UCs) e uma terra indígena, que juntas formam um bloco de aproximadamente 1,2 milhões de hectares, maior área de floresta amazônica contínua do sudeste do Pará. São elas: Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Floresta Nacional de Carajás, Floresta Nacional de Itacaiúnas, Reserva Biológica do Tapirapé, Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado e a Reserva Indígena Xikrin do Cateté (Figura 1).

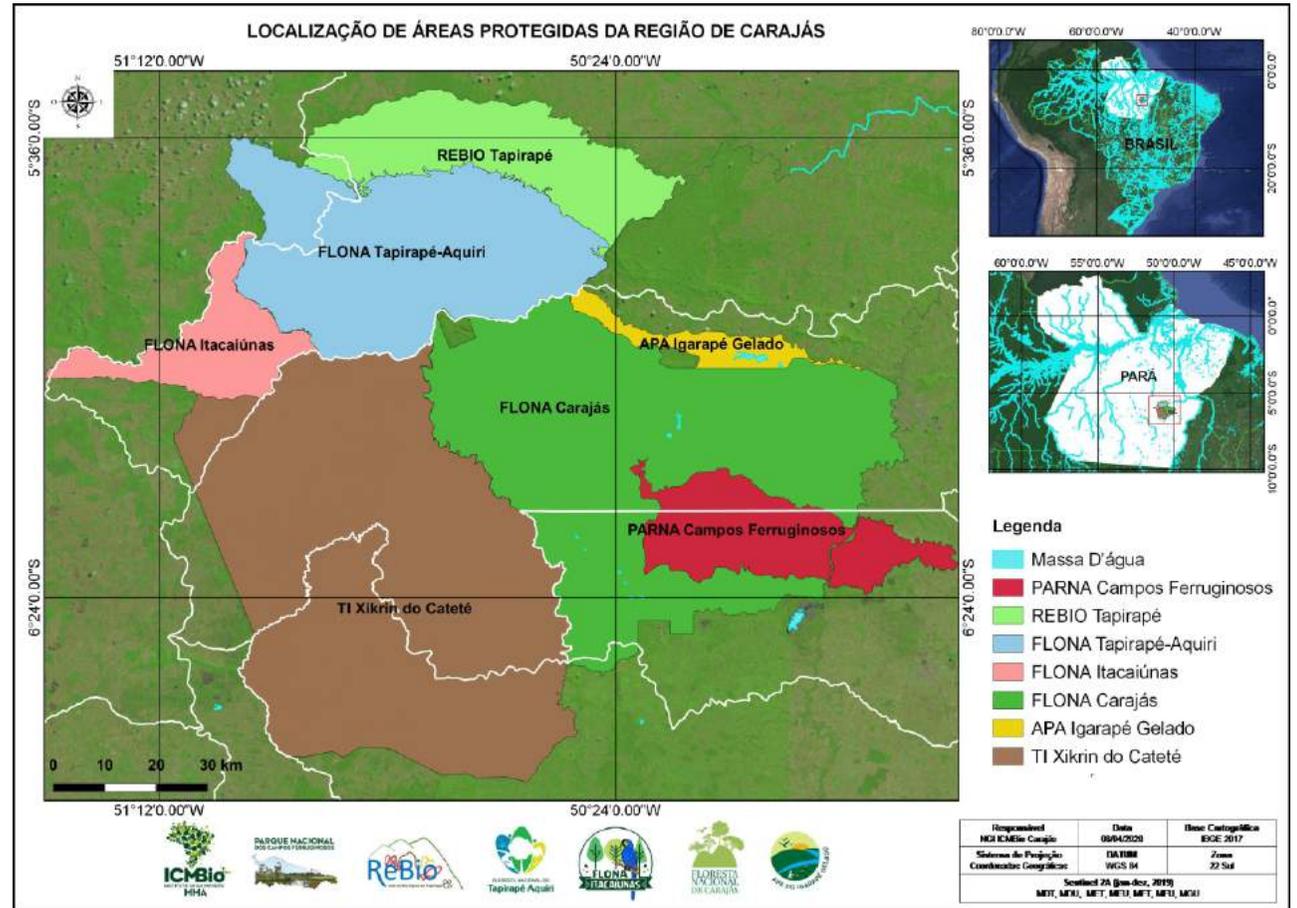


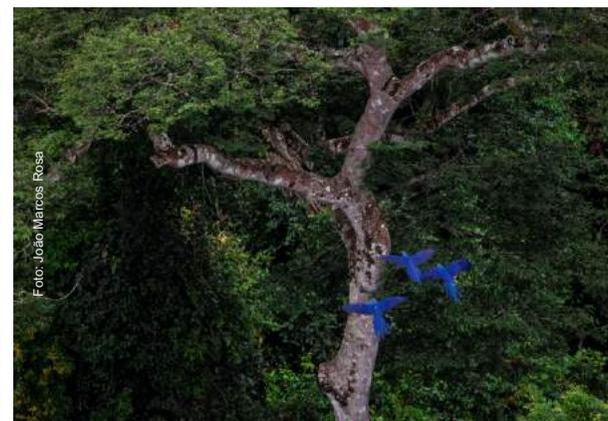
Figura 1 - Localização das unidades de conservação e da terra indígena Xikrin do Cateté, no sudeste do Pará.



Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri



Reserva Biológica do Tapirapé



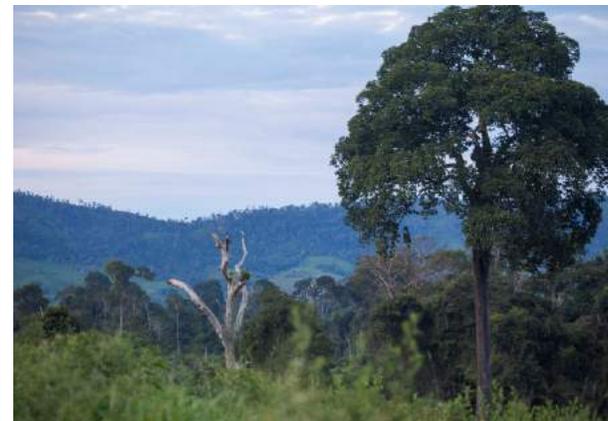
Floresta Nacional de Itacaiúnas



Floresta Nacional de Carajás



Parque Nacional dos Campos Ferruginosos



A Floresta Nacional (Flona) de Carajás e a Flona do Tapirapé-Aquiri possuem no seu interior aproximadamente 33 grandes obras ou atividades licenciadas que resultam em dezenas de processos administrativos por ano, se somadas as solicitações de autorizações de supressão vegetal, autorizações diretas e autorizações de pesquisa mineral. No âmbito de cada processo, pode ser estabelecido um amplo conjunto de condicionantes ambientais, como, por exemplo, a demanda por monitoramento, estudos específicos, ações de conservação e manejo, dentre outros.

São visíveis e bem documentados os desafios referentes à convivência entre mineração e conservação no contexto das áreas protegidas do território de Carajás e entorno. No entanto, diversas estratégias e metodologias vêm sendo adotadas visando menores perdas e eventualmente maior ganho de conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioambiental, perante o conjunto de ameaças, desafios e oportunidades, em diálogo com necessidades e demandas sociais. Busca-se o aprimoramento das ferramentas do licenciamento ambiental, como na emissão de condições específicas estabelecidas nos processos de manifestação, de modo que correspondam a ações cada vez

mais efetivas de intervenção no território.

Quando do licenciamento do empreendimento S11D, na Flona de Carajás, foram estabelecidas duas condicionantes com que se buscava uma visão sistêmica da região, para subsidiar tanto as análises de impacto ambiental como estratégias de conservação e de mitigação associadas. Um dos estudos associados a essas condicionantes foi o chamado Projeto Cenários, ou Estratégia de Conservação da Savana Metalófila da Floresta Nacional de Carajás, coordenado pelo ICMBio, e detalhadamente descrito em Martins *et al.* (2018). Com este projeto, construiu-se um desenho mais conservacionista de exploração para as áreas com geossistemas ferruginosos (cangas, com as savanas metalófilas) na UC, o que trouxe mais segurança jurídica a todos os envolvidos (VIEIRA *et al.*, 2018).

Ainda no mesmo processo de licenciamento foi prevista também como condicionante ambiental a elaboração do Plano de Conservação de Longo Prazo do Conjunto de Áreas Protegidas de Carajás, abarcando toda a região em que se inserem as unidades de conservação. Este documento foi elaborado na forma de um abrangente estudo com diagnósticos, mapeamento de vetores e prognósticos (AMPLO, 2017), coordenado pela Vale S.A., em

diálogo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e com aporte dos resultados do Projeto Cenários.

A elaboração do planejamento a partir do diagnóstico apresentado pela Vale S.A. ficou sob a responsabilidade do ICMBio. Em março de 2018 foi realizada uma oficina de planejamento, em Carajás, que contou com a participação de 34 colaboradores, entre eles gestores das UCs, servidores do ICMBio, Ibama, Serviço Florestal Brasileiro e equipe da Vale S.A.



Participantes da Oficina de Planejamento Ambiental Estratégico



TERRITÓRIO DE CARAJÁS

Os estudos que compõem o Plano de Conservação de Longo Prazo incluíram a análise da paisagem regional e proposta de melhoria da permeabilidade da matriz (Figura 2). Ficou evidenciado o isolamento do conjunto de áreas protegidas de Carajás no contexto regional, onde o território de Carajás está circundado por uma matriz de áreas antropizadas (AMPLO, 2017).

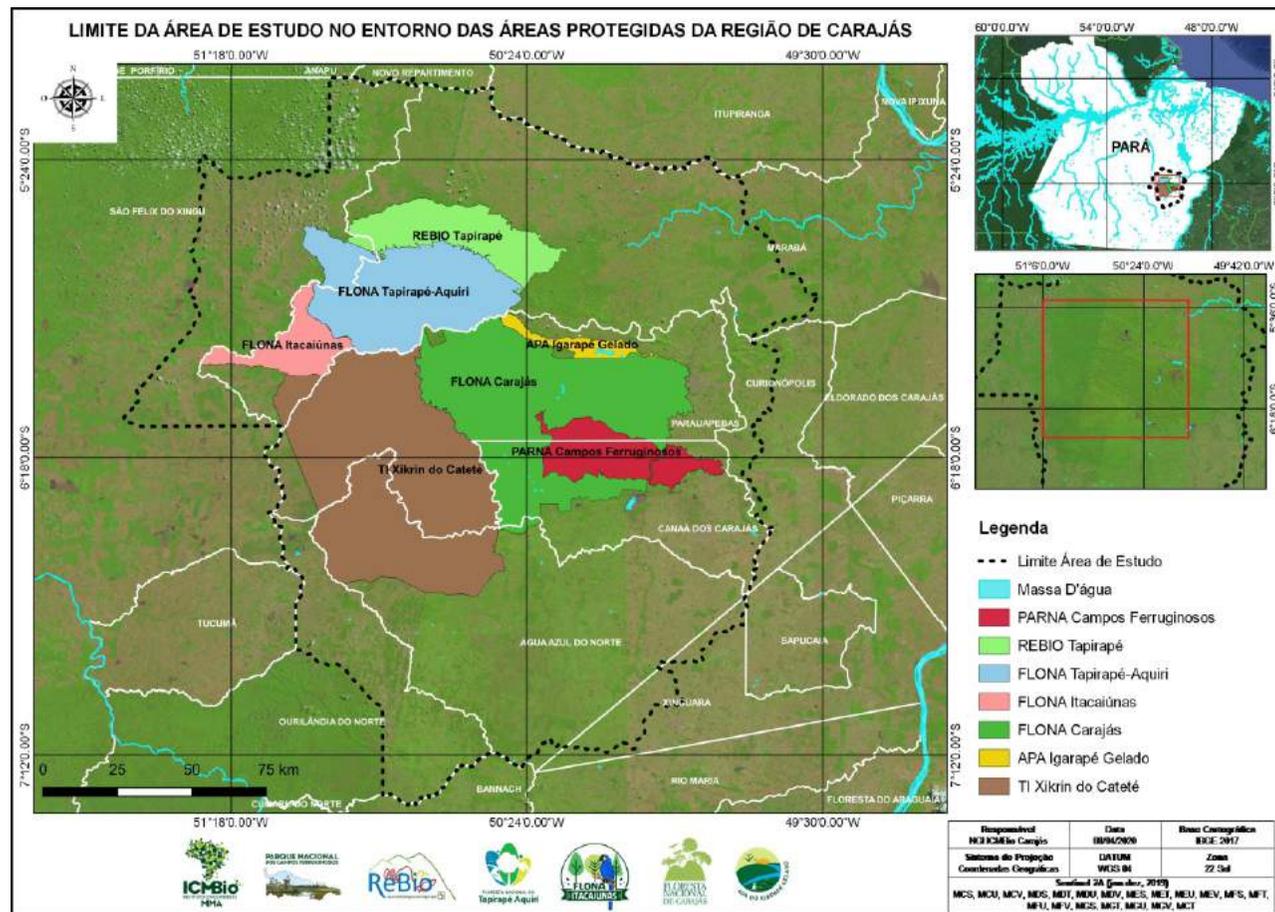


Figura 2 - Conjunto das áreas protegidas de Carajás no contexto da área de estudo do Plano de Conservação de Longo Prazo (Fonte: AMPLO, 2017).

O entorno das unidades de conservação é caracterizado por uma matriz de áreas antropizadas e um contexto de elevada vulnerabilidade social, a qual está relacionada, por exemplo, à explosão demográfica e aos conflitos fundiários derivados da implementação dos grandes projetos minerais na região e da baixa presença do Estado. Associadas a esse processo, destacam-se a evolução da atividade pecuária, a consolidação de vastas áreas de assentamentos rurais, além de pressões da atividade madeireira e garimpeira. O conjunto dessas atividades tem potencializado o processo de transformação das áreas protegidas em ilhas de vegetação nativa (AMPLO, 2017; BRASIL, 2016).

Entre os principais conflitos das atividades de mineração com a conservação da biodiversidade e acesso aos recursos naturais nas UCs do território de Carajás, podemos destacar os impactos sobre os castanhais da Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, as ameaças sobre a bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas – onde estão situadas todas as barragens dos empreendimentos minerais de Carajás – e o impacto direto sobre as cangas e os ambientes associados.



Isolamento da Castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*) no entorno das Unidades de Conservação

Há uma forte interação no conjunto dos empreendimentos minerais, gerando impactos sinérgicos e cumulativos que afetam vasto território, que vai muito além do conceito clássico de área de impacto direto das referidas atividades, utilizado nos processos de licenciamento ambiental. Por outro lado, também é evidente que a exploração responsável dos recursos minerais da parte dos empreendedores propicia a melhor consolidação das UCs, o que resulta em ganhos diretos para a conservação da biodiversidade. Este cenário pode ser comprovado em análise da integridade e capacidade de gestão das áreas protegidas na Amazônia, segundo dispõe o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2013).

A partir dos estudos iniciais, foram traçados cenários de conservação que possibilitaram um olhar mais ampliado e integrado sobre o cenário, analisando as ameaças, oportunidades, forças e fraquezas. Como, por exemplo, o fortalecimento e potencialização da manifestação para licenciamento ambiental como ferramenta de conservação da biodiversidade e da melhoria de condições sociais na região; como lidar com as informações obtidas e com os cenários traçados; como utilizar os pontos fortes, como existência de

recursos, presença de instituições, diversidade de atores, dentre outros, para aproveitar as oportunidades e alcançar ganhos socioambientais.

A proposição e perspectiva de implementação de um Planejamento Ambiental Estratégico representam um importante desafio, uma vez que, sem perder o foco nos impactos diretos das atividades minerais no interior da UC, deve-se incorporar uma visão sistêmica dos impactos dos conjuntos dos empreendimentos minerais, com estabelecimento de ações, atividades, programas e projetos que resultem na otimização dos ganhos para biodiversidade em escala territorial no curto, médio e longo prazo. É fundamental que os impactos gerados pelo conjunto desses empreendimentos sejam observados e entendidos de forma vasta e integrada, permitindo o estabelecimento de medidas de controle efetivas e que tragam oportunidades para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioambiental.

Como importante ponto de contato do Projeto Cenários com o Plano de Conservação de Longo Prazo, destacamos a demanda por excelência na gestão do conhecimento, de modo que as informações aportadas ao longo dos processos para o licenciamento

ambiental e pesquisas em geral sejam trabalhadas com o objetivo de qualificar progressivamente as Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) e as decisões de manejo e do licenciamento ambiental. Na gestão do conhecimento, incluem-se as condições específicas vinculadas aos empreendimentos ou atividades, que podem ser geridas para ampliar os ganhos e potencializar sinergias positivas.

PLANO DE CONSERVAÇÃO ESTRATÉGICO PARA O TERRITÓRIO DE CARAJÁS

Os resultados do Projeto Cenários e do diagnóstico elaborado no Plano de Conservação de Longo Prazo da Região de Carajás serviram de subsídio para a elaboração participativa de uma estratégia na forma de um Plano de Ação, o Plano de Conservação Estratégico para o Território de Carajás, com a finalidade de orquestrar iniciativas no interior e no entorno das unidades de conservação. As ações foram coordenadas pela equipe do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Carajás e da Coordenação Geral de Avaliação de Impactos (CGIMP), considerando o histórico de esforços referentes à compatibilização das atividades de exploração mineral com as iniciativas de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

O Plano de Conservação Estratégico tem horizonte de implementação até agosto de 2024, com previsão de renovação em ciclos de 5 anos, e contará com um Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), responsável pelo monitoramento anual, avaliação de desempenho e proposição de ajustes do Plano. O anexo 1 traz a Matriz de Planejamento, nos mesmos moldes dos Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas, em que constam também o detalhamento das ações por: Produto, Resultados esperados, Períodos de execução, Colaboradores, Localidades e Áreas de Relevância. Ao todo, foram definidos nove objetivos específicos abrangendo 48 ações de conservação para as áreas protegidas e entorno.

VISÃO DE FUTURO:

Ser referência nacional em conservação da biodiversidade promovendo o desenvolvimento socioambiental da região de Carajás.

OBJETIVO GERAL:

Identificar áreas prioritárias e promover a conservação da biodiversidade no território de Carajás por meio da gestão socioambiental integrada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1

Promover a integração e racionalização das ações de conservação e de gestão do uso dos recursos minerais (nas UCs que permitem atividades minerais), no território de Carajás.

2

Estabelecer um banco de informações para tomada de decisão referente ao licenciamento ambiental no território de Carajás.

3

Promover a conectividade visando reverter o processo de isolamento geográfico do conjunto de áreas protegidas de Carajás, priorizando a implementação do corredor ecológico Carajás/Bacajá.

4

Reduzir a pressão antrópica sobre o território de Carajás e melhorar a qualidade ambiental por meio de ações socioambientais.

5

Melhorar a permeabilidade da matriz por meio da diversificação das atividades produtivas.

6

Promover a gestão dos recursos hídricos e do uso do solo na bacia do rio Itacaiúnas.

7

Promover a gestão de conflitos de uso e ocupação do solo envolvendo a Flona de Itacaiúnas, Parna dos Campos Ferruginosos e Flona de Carajás.

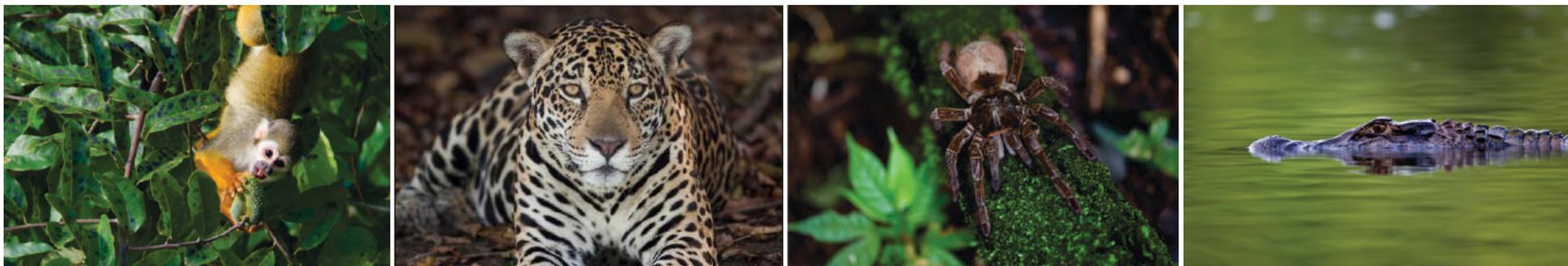
8

Fortalecer a visitação, uso público, gestão participativa e atividades de educação ambiental no território de Carajás.

9

Ampliar o estado da arte de conhecimento da região das áreas protegidas de Carajás voltado para a gestão do território.

O Plano de Conservação Estratégico para o Território de Carajás se apresenta como uma ferramenta de planejamento vital para a gestão das unidades de conservação em um contexto territorial complexo, considerando cenários de curto, médio e longo prazo, tendo como premissa a busca continuada pela mitigação das ameaças e pelo aproveitamento das oportunidades. A implementação do Plano vai permitir uma maior efetividade nos processos de licenciamento ambiental e nas ações de conservação da biodiversidade e desenvolvimento socioambiental, resultantes dos esforços de compatibilização da mineração e conservação na região de Carajás. Espera-se que o resultado do conjunto das ações possa servir de referência nacional para a conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento socioambiental.



Fotos: João Marcos Rosa

Exemplares da rica biodiversidade existente no conjunto de áreas protegidas de Carajás.

REFERÊNCIAS

AMPLO ENGENHARIA E GESTÃO DE PROJETO. **Plano de Conservação de Longo Prazo para a Região de Carajás**, Belo Horizonte: Amplo, 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Carajás: Volume I - Diagnóstico**. Brasília: ICMBio, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria Coordenada em Unidades de Conservação da Amazônia**. Brasília: TCU, 2013.

MARTINS, F. D.; KAMINO, L. H. Y.; RIBEIRO, K. T. **Projeto Cenários: Conservação de Campos Ferruginosos diante da Mineração em Carajás**. Tubarão: Copiart, 2018. p. 21-38.

VIEIRA, A. L. M.; RIBEIRO, K. T.; QUIRINO, G. R. S.; LOUZADA, R., MARIZ, R.G.; MARTINS, F. D. **Mosaico Carajás: Perspectivas de Ampliação da Conservação**. In: MARTINS, F. F.; KAMINO, L. H. Y.; RIBEIRO, K. T. **Projeto Cenários Conservação de Campos Ferruginosos diante da Mineração em Carajás**. Tubarão: Copiart, 2018. p. 455-467.



PLANEJAMENTO AMBIENTAL ESTRATÉGICO PARA O TERRITÓRIO DE CARAJÁS

ANEXOS: DETALHAMENTO DE AÇÕES

OBJETIVO ESPECÍFICO 1

Promover a integração e racionalização das ações de conservação e de gestão do uso dos recursos minerais (nas UCs que permitem atividades minerais), no território de Carajás

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
1.1	Realizar estudos para avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos de projetos minerais implantados no território de Carajás	Estudo de avaliação dos impactos cumulativos	Conhecimento dos impactos cumulativos e sinérgicos, melhoria na análise de impactos e proposição de condicionantes	Agosto 2020	Março 2022	Vale, Cooperativa de Garimpeiros de Lindoeste, Centaurus Metals, Minas de Cobre, Ibama, Universidades, OEMAs e Funai	Território de Carajás	Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Curionópolis
1.2	Realizar oficina para apresentação dos estudos de avaliação dos impactos cumulativos (previsto no item 2.2), com discussões sobre a possibilidade de elaboração de projetos integrados de gestão de impactos	Relatório do Planejamento de Ações Integradas	Integração dos projetos, otimização dos recursos e ganhos para conservação	Abril 2022	Junho 2022	Vale, Cooperativa de Garimpeiros de Lindoeste, Centaurus Metals, Minas de Cobre, Ibama, Universidades, OEMAs e Funai	Território de Carajás	Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Curionópolis
1.3	Formalizar novos acordos de cooperação para gestão pactuada das condicionantes ambientais	Acordo de Cooperação Publicado	Melhoria na efetividade das condicionantes ambientais	Janeiro 2020	Dezembro 2024	Vale, Cooperativa de Garimpeiros de Lindoeste, Centaurus Metals, Minas de Cobre, Ibama, Universidades e OEMAs	Território de Carajás	Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Curionópolis
1.4	Incentivar a regularização das atividades de garimpagem por meio do licenciamento ambiental integrado	Atas de reuniões entre os interessados, ICMBio e os órgãos licenciadores	Compatibilização das atividades com a conservação e licença ambiental	Janeiro 2020	Dezembro 2024	ICMBio, Ibama e OEMAs	Território de Carajás	Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Curionópolis
1.5	Replicar a experiência do projeto de conservação de castanha do Pará realizado pelo Salobo/Vale e ICMBio dentro do território de Carajás	Ampliação e assinatura de novos acordos	Novas áreas de restauração florestal e acompanhamento contínuo (Plan, Do, Check, Act - PDCA) em andamento	Janeiro 2020	Dezembro 2024	Salobo/Vale, Mpeg, Ufopa e Ufra	Território de Carajás	Território de Carajás
1.6	Direcionar condicionantes ambientais para apoiar os Planos de Ação Nacionais (PANs), o Programa de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio e o Plano de Pesquisa da Flona de Carajás, quando couber	Condicionantes ambientais que incorporem ações pertinentes nesses instrumentos	Melhoria na efetividade das condicionantes ambientais	Janeiro 2020	Dezembro 2024	ICMBio e Ibama	Território de Carajás	Território de Carajás
1.7	Realizar inventário florestal amostral com base na metodologia do inventário florestal nacional nas UCs de Carajás	Relatório do inventário florestal	Conhecimento sistematizado da flora das UCs de Carajás	Junho 2020	Dezembro 2021	Serviço Florestal Brasileiro, ICMBio e Ufopa	Território de Carajás	Território de Carajás

OBJETIVO ESPECÍFICO 2

Estabelecer um banco de informações para tomada de decisão referente ao licenciamento ambiental no território de Carajás

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
2.1	Compilar os dados de condicionantes ambientais a partir de 2010	Planilha	Subsídio no desenvolvimento do banco de dados	Janeiro 2021	Novembro 2021	Gestores ICMBio (UCs, Sede e GRs), Ibama e Vale	Território de Carajás	Território de Carajás
2.2	Desenvolver o banco de dados	Banco de Dados	Qualificação na tomada de decisão e otimização das ações futuras	Novembro 2021	Agosto 2022	ICMBio Carajás, DGINF(CGIMP), Vale e Gerência Regional	Território de Carajás	Território de Carajás
2.3	Desenvolver um sistema de gestão de condicionantes	Sistema	Melhoria na gestão dos processos	Novembro 2021	Agosto 2022	ICMBio Carajás, DGINF(CGIMP), Vale e Gerência Regional	Território de Carajás	Território de Carajás
2.4	Capacitar os usuários do sistema	Relatório de cursos de capacitação	Usuários treinados	Janeiro 2023	Julho 2023	ICMBio Carajás, DGINF(CGIMP) e Gerência Regional	Território de Carajás	Território de Carajás
2.5	Elaborar manual de utilização do sistema	Manual	Usuários treinados	Agosto 2022	Dezembro 2022	ICMBio Carajás, DGINF(CGIMP) e Gerência Regional	Território de Carajás	Território de Carajás

OBJETIVO ESPECÍFICO 3

Promover a conectividade visando reverter o processo de isolamento geográfico do conjunto de áreas protegidas de Carajás, priorizando a implementação do corredor ecológico Carajás/Bacajá

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
3.1	Reconhecer o conjunto de áreas como "Mosaico", conforme estabelecido no Art 8º do Decreto Federal nº 4.340/2002	Publicação do ato normativo	Reconhecimento do território de Carajás como Mosaico	Maio 2021	Novembro 2021	CGIMP/DIBIO	Território de Carajás	Território de Carajás
3.2	Obter informações sobre o projeto de pacto municipal para redução do desmatamento - São Félix do Xingu e seus desdobramentos	Relatório sobre a vigência e a viabilidade de parceria	Formalização de parcerias para implementação do corredor	Fevereiro 2021	Maio 2021	Prefeitura de São Félix do Xingu, Imaflora, TNC e Campax	Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste	São Félix do Xingu
3.3	Realizar o diagnóstico socioambiental da região Noroeste em áreas com grandes fragmentos florestais e na APP do Rio Negro	Relatório do diagnóstico	Informações necessárias para o planejamento de ações específicas	Junho 2020	Maio 2021	Unifesspa, Ufra, IFPA Campus Rural de Marabá, Vale e Incra	Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste.	São Félix do Xingu
3.4	Elaborar proposta de corredor na APP do Rio Negro	Proposta de criação do corredor	Área do corredor delimitada e ações específicas para sua implementação elaboradas	Janeiro 2020	Agosto 2020	Vale, UFT e Marcelo Lima Reis	Assentamento Lindoeste	São Félix do Xingu
3.5	Elaborar e submeter projeto para captação de recursos via Fundo Amazônia (recuperação da cobertura vegetal)	Projetos submetidos	Obtenção do recurso para implementação do projeto	Janeiro 2020	Maio 2021	Vale, Funtec-DF, Ufra e Unifesspa	Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste	São Félix do Xingu
3.6	Estabelecer interlocução com o Incra sobre o interesse institucional na formação do corredor na região Noroeste	Documento oficial	Não instalação de novos assentamentos na região Noroeste	Janeiro 2020	Março 2021	MMA, COCUC e Funai	Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste	São Félix do Xingu
3.7	Intensificar as ações de fiscalização na área do corredor ecológico	Relatório de fiscalização	Redução das atividades ilegais	Janeiro 2020	Dezembro 2024	Ibama, Exército, PRF, BPA, Vale, Prefeituras e Semma	Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste	São Félix do Xingu
3.8	Incentivar a criação de RPPNs ou outras categorias na região Noroeste	Proposta de criação de RPPN ou outra categoria de UC na região	Propostas encaminhadas	Junho 2020	Novembro 2021	Proprietários das áreas, Incra, Estado e Prefeitura	Propriedades na região nordeste do território de Carajás	São Félix do Xingu
3.9	Articular com a Agência Nacional de Mineração (ANM), prefeituras de Marabá e de São Félix do Xingu e Semma sobre o interesse do ICMBio na conservação da área frente aos requerimentos de lavra garimpeira	Documento oficial e relatório descritivo dos requerimentos de lavra	Evitar exploração mineral na área de interesse para conservação	Janeiro 2020	Março 2020	ANM, prefeituras, Conselho da Rebio do Tapirapé e Funai	Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste	São Félix do Xingu
3.10	Incentivar o desenvolvimento de projetos de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e pecuária sustentável nos assentamentos Lindoeste e Sudoeste	Projetos implantados nas áreas alvo	Melhoria da matriz florestal	Junho 2020	Dezembro 2024	Embrapa, Prefeitura de São Félix do Xingu, Associações, Cooperativas e lideranças nos assentamentos e Incra	Assentamento Lindoeste e Sudoeste	São Félix do Xingu
3.11	Elaborar Plano de Educação Ambiental e comunicação institucional com as comunidades da área proposta para o corredor atendendo as diretrizes institucionais	Plano de Educação Ambiental	Captação de projetos e parcerias para implementação de ações do plano	Junho 2020	Junho 2021	Unifesspa e Ibama	Propriedades na região Noroeste do território de Carajás, no assentamento Lindoeste e Sudoeste	São Félix do Xingu

OBJETIVO ESPECÍFICO 4

Reduzir a pressão antrópica sobre o território de Carajás e melhorar a qualidade ambiental por meio de ações socioambientais

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
4.1	Ampliar o Programa de agroextrativismo no entorno das UCs (projeto de incentivo à geração rural/produção de renda, evitando a abertura de novas áreas e recuperando áreas degradadas no interior das propriedades)	Projeto Agroextrativismo, relatório de atividades e registro fotográfico.	Diminuição da degradação das áreas, garantia da segurança alimentar, geração de renda e melhoria da qualidade de vida	Janeiro 2020	Dezembro 2024	Gestores das UCs de Carajás, Vale, Embrapa, Ideflor-Bio, IFPA Campus Rural de Marabá, Ufra, Secretarias Municipais de Agricultura Seagri, Semagri, Sempror e Sedap	Propriedades no entorno das UCs do território de Carajás e interior da APA do Igarapé Gelado	Marabá, São Félix do Xingu, Parauapebas e Canaã dos Carajás
4.2	Consultar junto ao Incra o status de criação do Projeto de Assentamento Novo Oeste e articular a implantação de um projeto de assentamento sustentável	Documentos oficiais entre as Instituições	Subsídios para elaboração e implantação de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE)	Fevereiro 2020	Dezembro 2020	Gerente Regional 04 , Associações de Produtores, Comissão Pastoral da Terra, Incra, Imãflora, ONGs (TNC, outras), Fetagri e Fetraf	Bacia do Rio Negro	São Félix do Xingu

OBJETIVO ESPECÍFICO 5

Melhorar a permeabilidade da matriz por meio da diversificação das atividades produtivas

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
5.1	Articular as parcerias novas para ampliação do Projeto de Agroextrativismo (SAFs) no território de Carajás	100 ha de áreas implantadas	SAF implementado nas novas áreas	Janeiro 2020	Dezembro 2024	ICMBio e Instituições parceiras	Entorno das UCs	Parna dos Campos Ferruginosos, Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás, APA do Igarapé Gelado e Flona de Itacaiúnas
5.2	Ampliar as parcerias já existentes (SAF, Projeto Agroextrativismo e APA) para dar continuidade às ações em andamento	Relatório de avaliação dos projetos de SAFs	Avaliação e ampliação de SAFs já implantados e avaliação contínua (Plan, Do, Check, Act - PDCA) dos projetos em andamento	Janeiro 2020	Dezembro 2024	ICMBio e Intituições parceiras	Entorno das UCs	Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás e APA do Igarapé Gelado
5.3	Elaborar e divulgar material sobre os SAFs, atendendo as diretrizes institucionais da educação ambiental	Cartilha, vídeos, e banner	Maior adesão ao programa SAFs	Junho 2020	Dezembro 2024	Universidades, ONG, PPP, Vale, DCOM/ICMBio e DISAT/ICMBio	Entorno das UCs	Parna dos Campos Ferruginosos, Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás, APA do Igarapé Gelado e Flona de Itacaiúnas
5.4	Incentivar a estruturação de novas cadeias produtivas estratégicas como alternativas à pecuária extensiva	Diagnóstico das cadeias produtivas	Diversificação e melhoria da produção rural, agregação de valor e melhoria da qualidade ambiental do entorno	Agosto 2020	Dezembro 2021	UFT, Unifespa, Vale, Associações e Cooperativas locais	Entorno das UCs	Parna dos Campos Ferruginosos, Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás, APA do Igarapé Gelado e Flona de Itacaiúnas
5.5	Estimular pesquisas direcionadas a temática de SAFs, rotação de pastagem, agrosilvopastoril, no território de Carajás	Artigos, dissertações, teses e publicações	Formação de pessoal especializado, geração e difusão de conhecimento, aplicação dos produtos gerados e fortalecimento das parcerias	Janeiro 2021	Dezembro 2024	Universidades, ONG, PPP, Vale, DISAT/ICMBio, Dibio/ICMBio e Ibama	Entorno das UCs	Parna dos Campos Ferruginosos, Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri, Flona de Carajás, APA do Igarapé Gelado e Flona de Itacaiúnas

OBJETIVO ESPECÍFICO 6

Promover a gestão dos recursos hídricos e do uso do solo na bacia do rio Itacaiúnas

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
6.1	Mobilizar a sociedade para implementar o Comitê de Bacia do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas	Publicação de Portaria de criação do Comitê	Garantia da gestão da bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas	Janeiro 2021	Dezembro 2022	Vale, Prefeituras, MPE e Associações	Bacias do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas	Água Azul do Norte
6.2	Diagnóstico socioeconômico e de uso do solo com mapeamento dos principais contribuintes e nascentes da bacia do rio Itacaiúnas	Relatório	Maior conhecimento da bacia	Janeiro 2021	Janeiro 2022	Unifesspa, Ufra, Vale-ITV, Prefeituras, Proprietários e Casa da Cultura de Marabá	Bacia do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas	Água Azul do Norte
6.3	Monitorar a qualidade dos cursos d'água da bacia do rio Itacaiúnas no território de Carajás	Relatórios de monitoramento de qualidade das águas	Manutenção da qualidade dos cursos d'água assegurado	Janeiro 2021	Dezembro 2024	Vale, gestores das UCs envolvidas, CGIMP, Ibama e Prefeituras	Bacia do rio Itacaiúnas	Território de Carajás
6.4	Articular ações de fiscalização em conjunto nas áreas de APP nas nascentes dos principais tributários do rio Itacaiúnas	Relatórios de fiscalização	Redução das atividades ilegais	Junho 2020	Dezembro 2024	Ibama, Exército, PRF, BPA, Vale, Prefeituras, Semma e MPF	Nascentes do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas	Água Azul do Norte
6.5	Incentivar a recuperação de mata ciliar nas nascentes dos rios Itacaiúnas e Parauapebas	Projetos de recuperação da mata ciliar	Mata ciliar recuperada	Janeiro 2021	Dezembro 2024	Vale, Prefeituras de Água Azul do Norte, Xinguara, Canaã dos Carajás e Parauapebas e proprietários	Nascentes do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas	Água Azul do Norte
6.6	Capacitar os parceiros para gestão da Bacia do rio Itacaiúnas	Cursos de capacitação	Parceiros capacitados para gestão da bacia	Junho 2020	Dezembro 2024	Unifesspa e Vale-ITV	Bacia do rio Itacaiúnas	Território de Carajás
6.7	Capacitar os Conselhos Consultivos das Unidades na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)	Cursos de capacitação	Integração dos Conselhos na gestão de recursos hídricos	Janeiro 2021	Dezembro 2024	Conselhos, Prefeituras, ANA e Divisão de Educação Ambiental (CGSAN)	Território de Carajás	Água Azul do Norte
6.8	Elaborar plano de educação ambiental e comunicação institucional com as comunidades na área de nascentes do rio Itacaiúnas atendendo as diretrizes institucionais	Plano de Educação Ambiental	Captação de projetos e parcerias para implementação de ações do plano	Junho 2020	Junho 2021	Unifesspa e Ibama	Nascentes do rio Itacaiúnas e do rio Parauapebas	Água Azul do Norte

OBJETIVO ESPECÍFICO 7

Promover a gestão de conflitos de uso e ocupação do solo envolvendo a Flona de Itacaiúnas, Parna dos Campos Ferruginosos e Flona de Carajás

N°	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
7.1	Promover a regularização fundiária do Parna dos Campos Ferruginosos	Documento Oficial de registro	Integridade fundiária do Parque	Janeiro 2020	Janeiro 2022	Vale, DISAT, Incra, Associações dos Produtores Rurais e Fetagri	Parna dos Campos Ferruginosos	Parna dos Campos Ferruginosos
7.2	Planejar a regularização fundiária da Flona de Itacaiúnas na porção não sobreposta com a Flona do Tapirapé-Aquiri	Plano de regularização fundiária da Flona	Avanço na regularização da Flona de Itacaiúnas	Janeiro 2020	Dezembro 2023	ICMBio Carajás, DISAT, Prefeitura de Marabá e Sindicato dos Produtores Rurais	Porção não sobreposta da Flona de Itacaiúnas com a Flona do Tapirapé-Aquiri	Flona de Itacaiúnas
7.3	Planejar a regularização fundiária da Flona de Carajás (Ilha do gelado e Fazenda do Milton Ribeiro de Oliveira)	Plano de regularização fundiária da Flona e Termos de acordo com os ocupantes	Refinamento dos limites da Flona de Carajás, definição da manutenção dessas áreas dentro da Flona de Carajás e mitigação de conflitos atuais	Janeiro 2020	Janeiro 2022	DCOL	Ilha do gelado e Fazenda do Milton Ribeiro de Oliveira	Flona de Carajás

OBJETIVO ESPECÍFICO 8

Fortalecer a visitação, uso público, gestão participativa e atividades de educação ambiental no território de Carajás

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
8.1	Elaborar o Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental (PPPEA) do ICMBio Carajás	PPPEA	Organização e potencialização das atividades de educação ambiental que vão ocorrer no território	Junho 2020	Dezembro 2021	DGPEA/CGSAM/ICMBio - Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental, Ibama, Gestores das UCs de Carajás, Vale, Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente, Centro de Educação Ambiental de Parauapebas, escolas e Universidades locais	ICMBio Carajás	Território de Carajás
8.2	Elaborar Atlas Socioambiental da região de Carajás	Atlas Socioambiental	Visão integrada dos atributos ambientais, econômicos e sociais da região do território de Carajás	Janeiro 2021	Janeiro 2022	Gestores das UCs de Carajás, Vale, Universidades e Prefeituras locais	ICMBio Carajás	Território de Carajás
8.3	Elaborar Plano de visitação e uso público para o território de Carajás	Plano de visitação e uso público para o território de Carajás	Gestão da visitação e uso público no território de Carajás	Janeiro 2021	Dezembro 2024	Gestores das UCs de Carajás, Vale, Universidades e prefeituras locais, Cooperativas e Associações de turismo da região	ICMBio Carajás	Território de Carajás
8.4	Promover reunião integrada ou encontro de todos os Conselhos das UCs do ICMBio Carajás para apresentar os resultados da Oficina de Planejamento Ambiental Estratégico	Plano de Ação do Conselho	Aprovação e gestão participativa na execução do planejamento do território de Carajás	Dezembro 2020	Mai 2021	Gestores das UCs de Carajás e Conselhos Consultivos	ICMBio Carajás	Território de Carajás

OBJETIVO ESPECÍFICO 9**Ampliar o estado da arte de conhecimento da região das áreas protegidas de Carajás voltado para a gestão do território**

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Colaboradores	Localização	
				Início	Fim		Localidades	Área de relevância
9.1	Elaborar plano de pesquisa para indicação de diretrizes e estudos necessários para gestão e conservação do NGI ICMBio Carajás	Plano de pesquisa	Planejamento das prioridades de pesquisa	Janeiro 2020	Setembro 2020	Gestores das UCs do território de Carajás, Universidades, Municípios, Vale e Instituições de pesquisa	ICMBio Carajás	Território de Carajás
9.2	Articular condições e parcerias necessárias à realização das pesquisas indicadas no Plano	Acordos e Termos de cooperação	Viabilização das pesquisas	Outubro 2020	Janeiro 2021	CGPEQ, Vale, Universidades, Centros, Gestores das UCs do território de Carajás e Instituições de pesquisa e fomento	ICMBio Carajás	Território de Carajás
9.3	Realizar as pesquisas prioritárias	Publicações	Ampliação do estado da arte e subsídios à gestão	Novembro 2020	Dezembro 2024	ICMBio, Vale, Universidades, Centros, Pesquisadores e Gestores das UCs do território de Carajás	ICMBio Carajás	Território de Carajás
9.4	Promover a ampliação e reformas das Bases Bacaba e Pena Branca para atender as equipes de pesquisadores, monitoramento da biodiversidade e Educação Ambiental	Bases reformadas	Viabilização das pesquisas	Junho 2020	Junho 2021	ICMBio e Vale	Rebio do Tapirapé, Flona do Tapirapé-Aquiri	Território de Carajás

AGRADECEMOS A VALIOSA CONTRIBUIÇÃO

Bianca Barbi Chaves Carvalho Mroginski – DGINF/CGIMP

Daniel Eugênio Araújo Teixeira Côrte – DMA/CGIMP

Fátima Pires de Almeida Oliveira – DGINF/CGIMP

Fernanda Franco Bueno Bucci – Ibama/MMA

Frederico Drumond Martins – ICMBio

Glenda Rafaela de Sousa Quirino – Funtec/DF

Izabel Freitas Brandão – UnB

Manoel Delvo Bizerra dos Santos – NGI Carajás

Marcel Regis Moreira da Costa Machado – NGI Carajás

Marcelo Marcelino de Oliveira – ICMBio

Márcia Regina Back Bueno – CGIMP

Marcus Vinicius Mendonça – NGI Carajás

Mery Helen Cristine da Silva Moraes – Funtec/DF

Nathan de Castro Soares Simplício – DMA/CGIMP

Raimundo Façanha Guedes – NGI Carajás

Renan Smith Penido Louzada – COESP/CGCON

Silvia Mara Coelho Guimarães – CGIMP

Sinara da Silva Albuquerque – SEMPROR

Sandré Silva dos Santos – UEPA

Umberto de Souza Baldan – NGI Carajás

Vitor Garcia Neto – NGI Carajás

Realização:



Apoio:



Contatos DIBIO/ CGIMP

Coordenação Geral de Avaliação de Impactos - CGIMP

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - DIBIO

cgimp@icmbio.gov.br

(61) 2028-9065 / (61) 2028-9520

Ministério do
Meio Ambiente



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

